

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by SERGIO NORBERTO DA SILVA:47472715115 Date: 2026.04.28 11:22:40 AMT Reason: Perfil: Contador Responsável Location: Instituição: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT
Assinatura: 2
Digitally signed by IRINEU MARCOS PARMEGGIANI:46205578034 Date: 2026.04.28 11:26:26 AMT Reason: Perfil: Titular do Poder Executivo Location: Instituição: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT
Assinatura: 3
<div>SIGN</div>
Assinatura: 4
<div>SIGN</div>
Assinatura: 5
<div>SIGN</div>

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

O Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que está realizando licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, autuado sob o nº 015/2026, com adoção do Sis-

tema de Registro de Preços, com a finalidade de **Registrar preços para futuras e eventuais aquisições de concreto usinado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos e seus Departamentos.**

Critério de julgamento: Menor preço por item.

Modo de disputa: Aberto.

Local de disputa: Licitanet Licitações Eletrônicas, disponível em <https://licitanet.com.br>.

Início do recebimento das propostas: a partir das 08h00 (horário de Brasília) do dia 08/06/2026.

Fim do recebimento das propostas: 08h59 (horário de Brasília) do dia 08/06/2026.

Início da disputa: às 09h00 (horário de Brasília) do dia 08/06/2026.

O Edital e anexos estarão disponíveis para conhecimento dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura de Campos de Júlio - MT, de segunda à sexta-feira, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, e poderão ser gratuitamente obtidos por meio de mídia eletrônica (pen drive, e-mail etc.), ou por meio do endereço eletrônico <https://www.camposdejulio.mt.gov.br/Licitacoes/Pregao-eletronico/>, por meio da plataforma Licitanet - Licitações Eletrônicas, disponível em <https://licitanet.com.br>, ou, ainda, por meio do PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, disponível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Quaisquer informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3387 - 2800 e do e-mail licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 28 de abril de 2026.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro

Portaria nº 26/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - JULGAMENTO DE 2ª INSTÂNCIA - PAS Nº 1328.20039.2026/SVS

PROCESSO	ADMINISTRATIVO	SANITÁRIO	Nº:
1328.20039.2026			

AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA Nº: D-12917

RECORRENTE: LAURINDO & LAURINDO LTDA - ME - CNPJ: 04.152.828/0001-16

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por Laurindo & Laurindo LTDA - ME em face da decisão de primeira instância que julgou procedente o Auto de Infração Sanitária nº D-12917, lavrado pela Vigilância Sanitária Municipal de Campo Verde/MT, em decorrência de irregularidades constatadas durante inspeção sanitária realizada em 23 de fevereiro de 2026.

Conforme descrito nos autos, foram identificadas duas irregularidades principais: a manutenção de medicamentos injetáveis de múltiplas doses com prazo de validade expirado na sala de aplicação e o manejo inadequado de resíduos perfurocortantes, com extravasamento da capacidade do recipiente coletor.

Em suas razões recursais, o recorrente sustenta, em síntese, a inexistência de risco sanitário concreto, o caráter pontual das irregularidades, a ausência de dolo ou má-fé, a adoção imediata de medidas corretivas e a desproporcionalidade da penalidade aplicada, requerendo sua revisão ou substituição por advertência.

Vieram os autos conclusos para julgamento em segunda instância.

É o relatório. Passo a decidir.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

O recurso deve ser conhecido, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos na Lei Complementar nº 5, de 30 de dezembro de 2005. No mérito, contudo, não comporta provimento.

A controvérsia recursal não se concentra na ocorrência dos fatos — que, inclusive, foram reconhecidos pelo próprio recorrente —, mas na tentativa de afastar sua relevância sanitária. Todavia, o conjunto probatório constante dos autos demonstra, de forma inequívoca, que as irregularidades foram constatadas diretamente pela equipe técnica, em ambiente assistencial ativo, envolvendo medicamentos injetáveis e resíduos de serviços de saúde, circunstância que, por sua natureza, exige elevado padrão de controle sanitário.

A manutenção de medicamentos com prazo de validade expirado em sala de aplicação configura violação direta ao art. 38 e ao art. 76 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009 (Anvisa), evidenciando falha na segregação de produtos impróprios e no controle de medicamentos de múltiplas doses. Trata-se de situação que compromete a segurança do serviço prestado, ao inserir, no ambiente assistencial, produtos que não atendem aos requisitos de qualidade, segurança e eficácia. De igual modo, o extravasamento da caixa coletora de resíduos perfurocortantes configura descumprimento do art. 87 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018 (Anvisa), norma que estabelece limite máximo de preenchimento justamente como mecanismo de prevenção de acidentes e de exposição a agentes biológicos.

A alegação de inexistência de dano concreto à saúde pública não possui respaldo no regime jurídico sanitário. A atuação da Vigilância Sanitária orienta-se pela lógica da prevenção, na qual a intervenção estatal se justifica diante da simples exposição ao risco. A presença de medicamentos vencidos em área assistencial e o manejo inadequado de resíduos perfurocortantes configuram, por si só, quebra das barreiras de segurança sanitária, sendo suficientes para caracterizar a infração. Também não prospera a alegação de que os produtos estariam fora do fluxo de utilização. A permanência desses itens em ambiente assistencial, sem segregação adequada, já representa risco potencial, uma vez que fragiliza os mecanismos de controle e aumenta a possibilidade de uso indevido.

No que se refere à alegação de ausência de dolo ou má-fé, cumpre destacar que, nos termos do art. 217 da Lei Complementar nº 5, de 30 de dezembro de 2005, constitui infração sanitária toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em inobservância das disposições e preceitos estabelecidos na legislação sanitária, bem como o descumprimento de exigências determinadas pela autoridade competente. Dessa forma, a configuração da infração independe da demonstração de elemento subjetivo, bastando a constatação objetiva da conduta em desacordo com a norma. Tal compreensão decorre, inclusive, da própria construção do Direito Sanitário, que se orienta pela tutela preventiva da saúde coletiva e pela imposição de deveres objetivos de conformidade aos entes regulados, especialmente em atividades que envolvem risco direto à saúde.

As medidas corretivas adotadas pelo estabelecimento, embora relevantes e devidamente consideradas, não afastam a infração já consumada, possuindo apenas efeito mitigador na dosimetria da penalidade, conforme reconhecido no primeiro julgamento.

A decisão de primeira instância procedeu de forma adequada ao valorar as circunstâncias previstas no art. 222 da Lei Complementar nº 5, de 30 de dezembro de 2005, reconhecendo a colabo-